



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná



ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme a Lei nº 14.133/2021

RESUMO

Reforma e ampliação – CRAS
(Centro de Referência de
Assistência Social





1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União e em cumprimento ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas da elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), com o objetivo de analisar a viabilidade da contratação pretendida e levantar os elementos essenciais que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico. Tal procedimento visa garantir que a solução proposta atenda, de forma eficaz e eficiente, às necessidades da Administração Pública.

O ETP configura-se como etapa fundamental no planejamento da contratação, permitindo a identificação de custos, riscos, alternativas de solução e estratégias de mitigação, contribuindo para a tomada de decisões mais assertivas e para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

Para tanto, o ETP realiza um levantamento detalhado da necessidade, explorando as possíveis soluções existentes no mercado para identificar a opção mais vantajosa para a Administração Pública. Somente após a análise de viabilidade e a confirmação de alinhamento com o planejamento do município, o processo licitatório é iniciado. Caso contrário, a demanda é arquivada, evitando assim o desperdício de recursos públicos.

A figura a seguir, ilustra o fluxograma de verificação de viabilidade da contratação.

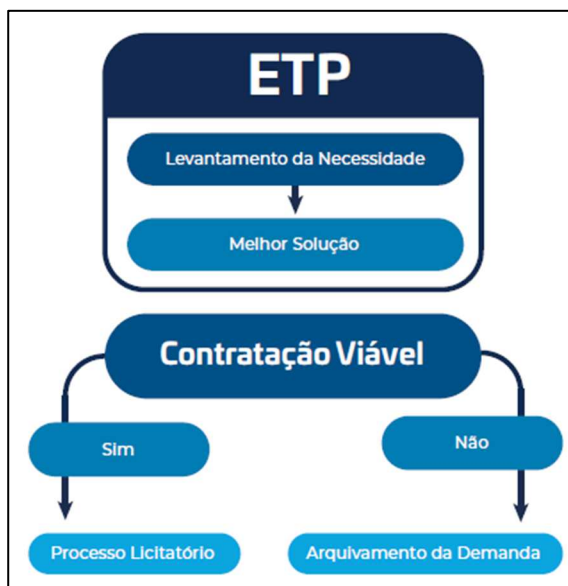


Figura 1 – Fluxograma de verificação de viabilidade da contratação
(Fonte: Cartilha de obras e serviços de engenharia, TEC PR)





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 2/21

Dessa forma, a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar observou, além da legislação vigente, as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SG/ME), que estabelece parâmetros técnicos para a construção do ETP no âmbito da Administração Pública federal, sendo adotada como referência para estruturação deste documento.

Este estudo refere-se à contratação de empresa especializada na área de engenharia para o fornecimento de material e mão de obra necessários à execução da Reforma e Ampliação do CRAS – (Centro de Referência e Assistência Social), localizada na Rua João Barreto, 105 – Jardim Perola, no município de Ibiporã/PR. O objetivo é subsidiar tecnicamente o processo licitatório, com vistas à seleção de empresa capacitada e com experiência comprovada na execução de obras de natureza similar. Visto a complexidade dos processos que envolvem contratações públicas, faz-se necessária a estrita observância do arcabouço normativo vigente destacado a seguir:

- 1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 1.2. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- 1.3. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- 1.4. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- 1.5. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- 1.6. Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e a Resolução 1.050, de 13/12/2013, que revoga o § 2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025 – CONFEA;
- 1.7. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 1.8. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014;
- 1.9. Instrução Normativa IN-Seges/ME 58/2022.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 3/21

Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação.

2. DO OBJETO

O objeto a ser analisado neste ETP é a Contratação de empresa especializada na área de engenharia para fornecimento de material e mão de obra para execução da Reforma e Ampliação do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) totalizando em uma área de 368,93 m² de construção, localizada na Rua João Barreto, nº 105 – Jd Perola, no município de Ibiporã/PR.

3. DA LOCALIZAÇÃO



Rua João Barreto, nº 105 – Jd Perola, Ibiporã – PR





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 4/21

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Ibiporã identificou a necessidade de realizar reforma e adequação no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, equipamento público responsável pelo atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente, o prédio apresenta pontos de desgaste natural decorrentes do tempo de uso, além de limitações funcionais relacionadas à configuração física existente. A unidade é composta por duas edificações separadas, o que dificulta a circulação entre os ambientes, expõe usuários e servidores às intempéries durante o deslocamento entre os blocos e reduz a integração das atividades desenvolvidas no local.

Diante desse cenário, torna-se necessária a ampliação da cobertura com a finalidade de unificar as edificações, proporcionando melhor conexão entre os espaços, maior proteção contra chuva e sol e melhores condições de uso. Em conjunto, prevê-se a substituição do telhado existente, considerando seu estado de conservação e a necessidade de padronização da nova cobertura, está prevista a instalação de novas calhas e condutores, adequadamente dimensionados para atender à área ampliada, contribuindo para a prevenção de infiltrações e aumento da durabilidade da edificação.

No ambiente interno, os pisos existentes apresentam desgaste pelo uso contínuo do equipamento. Assim, propõe-se a substituição por piso em granito, material mais resistente, durável e de fácil limpeza, adequado ao fluxo diário de atendimento do CRAS.

Por fim, será realizada a pintura geral da edificação, interna e externa, com o objetivo de melhorar o aspecto visual do prédio, proteger as superfícies e proporcionar um ambiente mais adequado e acolhedor para a população atendida.

Diante do exposto, a reforma e ampliação do CRAS de Ibiporã configuram-se como medida tecnicamente necessária, funcionalmente justificável e alinhada ao interesse público, visando assegurar melhores condições de atendimento à população, maior durabilidade da edificação e adequação do equipamento às demandas atuais da política municipal de assistência social.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Fundamentação:

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 5/21

modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A quantidade estimada, tipo de serviços, exigência técnicas, licenças obrigatórias, foram elaboradas pelos profissionais técnicos do quadro próprio do Município. Estimativas estas que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

A estimativa contempla a execução dos seguintes elementos macro:

- 5.1. Serviços Preliminares;
- 5.2. Demolições e Remoção;
- 5.3. Reforço do Muro externo;
- 5.4. Paredes;
- 5.5. Pisos (regularização, assentamento, rodapés e soleiras);
- 5.6. Cobertura;
- 5.7. Gradis e Portões;
- 5.8. Pintura;
- 5.9. Desmobilização de obra;

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atendimento da necessidade de melhoria das condições físicas e funcionais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, foram analisadas alternativas possíveis para solução da demanda, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

a) Alternativa 1 – Não executar a reforma

Descrição: Manutenção da situação atual da edificação, sem realização das intervenções propostas.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 6/21

Vantagens:

Ausência de investimento imediato por parte da Administração.

Desvantagens:

Permanência das limitações funcionais decorrentes da separação física das edificações;

Continuidade da exposição de usuários e servidores às intempéries durante a circulação entre os blocos;

Manutenção do desgaste do telhado e dos pisos internos;

Possível agravamento de patologias construtivas ao longo do tempo;

Prejuízo à qualidade do atendimento prestado à população.

Conclusão: Alternativa não recomendada, por não atender ao interesse público nem às necessidades operacionais do equipamento.

b) Alternativa 2 – Intervenções pontuais de manutenção

Descrição: Realização apenas de manutenções isoladas, sem promover a unificação das edificações nem a substituição completa dos elementos mais comprometidos.

Vantagens:

Menor investimento inicial;

Execução mais rápida de serviços pontuais.

Desvantagens:

Não resolve a descontinuidade física entre os blocos;

Mantém limitações de circulação e funcionalidade;

Vida útil reduzida das soluções parciais;

Possibilidade de necessidade de novas intervenções em curto prazo;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 7/21

Menor ganho de durabilidade e eficiência do prédio.

Conclusão: Alternativa considerada insuficiente para atender de forma adequada às necessidades do CRAS.

c) Alternativa 3 – Reforma e ampliação com unificação das edificações

Descrição: Execução de reforma completa contemplando ampliação da cobertura para unificação dos blocos, substituição do telhado, implantação de calhas, melhoria do acesso externo com piso em paver, troca do piso interno por granito e pintura geral da edificação.

Vantagens:

Integração funcional das duas edificações;

Melhoria das condições de circulação de usuários e servidores;

Maior proteção contra intempéries;

Aumento da durabilidade da edificação;

Redução de custos de manutenção futura;

Melhoria do padrão de acabamento e do ambiente de atendimento;

Melhor adequação do equipamento às demandas atuais da assistência social.

Desvantagens:

Maior investimento inicial em comparação às alternativas anteriores;

Necessidade de planejamento e execução coordenada da obra.

Conclusão: Alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, funcional e econômico, pois resolve de forma definitiva as limitações identificadas e proporciona melhores condições de uso do equipamento público.

Síntese do Levantamento

Após análise das alternativas, conclui-se que a reforma e ampliação com unificação das edificações é a solução que melhor atende às necessidades do Município de Ibiporã, garantindo





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 8/21

maior eficiência operacional do CRAS, melhor atendimento à população e maior durabilidade do patrimônio público.

Foram analisadas opções de execução direta com equipe e materiais próprios, parcerias com iniciativa privada e contratação de empresa especializada por meio de licitação pública. Considerando a complexidade técnica da obra, o porte da intervenção e a demanda por especialização em obras de dessa natureza, concluiu-se que a execução direta seria ineficiente e onerosa, além de incompatível com os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis no Município.

Dessa forma, devido à complexidade técnica da obra, a comprovação de capacidade técnica por meio de apresentação de atestados técnicos únicos, em razão da complexidade técnica, integração multidisciplinar, especialização construtiva, além de alta precisão construtiva.

Optou-se, portanto, pela contratação de empresa especializada por meio de concorrência pública eletrônica, modalidade mais adequada para garantir a isonomia, a ampla competitividade e a obtenção do melhor preço para o objeto, que é classificado como serviços comuns de engenharia, conforme Alínea "a", inciso XXI, art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

Também foi realizado levantamento dos preços praticados com base nos sistemas referenciais de custos (SINAPI), confirmando a viabilidade da contratação pretendida e a adequação técnica e econômica da solução proposta.

7. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A análise das alternativas demonstrou que a realização de intervenções pontuais ou a manutenção da situação atual não são suficientes para atender às necessidades funcionais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Ibiporã. Tais alternativas manteriam a descontinuidade física entre as edificações, além de não resolverem de forma definitiva os problemas relacionados ao estado de conservação da cobertura, dos pisos e dos acabamentos da unidade.

A solução escolhida da reforma e ampliação com unificação das edificações por meio da ampliação da cobertura, apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, funcional e econômico, por proporcionar melhoria efetiva das condições de uso do equipamento público.

a) Técnica e funcional:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 9/21

Do ponto de vista técnico e funcional, a ampliação da cobertura permitirá a integração física dos dois blocos existentes, eliminando a exposição de usuários e servidores às intempéries durante a circulação entre os ambientes e proporcionando maior fluidez operacional às atividades desenvolvidas no CRAS. A substituição do telhado existente, associada à implantação de novas calhas e condutores, contribuirá para o adequado escoamento das águas pluviais, reduzindo riscos de infiltrações e aumentando a vida útil da edificação.

No que se refere aos ambientes internos, a substituição do piso por revestimento em granito proporcionará maior resistência ao desgaste, facilidade de limpeza e melhor padrão de acabamento, características compatíveis com o uso contínuo do equipamento público. A execução de nova entrada com piso em paver contribuirá para a melhoria das condições de acesso, oferecendo superfície mais regular, durável e de fácil manutenção.

A pintura geral da edificação, por sua vez, complementa a intervenção ao promover a proteção das superfícies e a valorização do ambiente institucional, tornando o espaço mais adequado e acolhedor para a população atendida.

b) Econômica e sustentável:

Sob o aspecto econômico, embora a solução escolhida demande investimento inicial superior às alternativas de manutenção simples, ela se mostra mais vantajosa no médio e longo prazo, ao reduzir a necessidade de intervenções corretivas frequentes e ampliar a durabilidade dos elementos construtivos.

Dessa forma, conclui-se que a reforma e ampliação do CRAS de Ibiporã constitui a solução mais eficiente e adequada para atendimento do interesse público, garantindo melhores condições de funcionamento do equipamento, maior durabilidade do patrimônio municipal e qualificação do atendimento prestado à comunidade.

A análise de alternativas demonstrou que apenas a execução de obra nova atende integralmente aos objetivos estratégicos, técnicos, educacionais, culturais e turísticos do município. As alternativas de não execução ou adaptação de edificações existentes apresentaram limitações relevantes: inviabilidade técnica, risco de aditivos, impossibilidade de atender às exigências de infraestrutura especializada e perda da identidade arquitetônica e turística.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor da presente contratação foi elaborada com base no disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para a elaboração do





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 10/21

orçamento de referência em obras e serviços de engenharia contratados com recursos públicos, visando garantir a padronização, a transparência e a economicidade nas contratações.

Em atenção ao §1º do art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2023, ressalta-se que as disposições nele contidas não se aplicam às contratações de obras e serviços de engenharia, os quais devem ser norteados por tabelas específicas, como SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), mantido pela Caixa Econômica Federal, conforme utilizado neste processo, além de cotações de mercado.

A composição dos custos apresentada na planilha orçamentária foi elaborada com base nesses sistemas oficiais e cotações de mercado, respeitando os critérios de regionalização, atualização monetária e coeficientes técnicos estabelecidos, conforme orienta o Decreto Federal nº 7.983/2013.

Por fim, conforme exigência legal e boas práticas administrativas, a estimativa de valor está acompanhada da identificação do profissional responsável técnico, devidamente registrado no conselho de classe competente, e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assegurando a legitimidade e a rastreabilidade das informações orçamentárias apresentadas.

A estrutura base da obra consiste nos seguintes itens:

| | | |
|-----------|--|-----------------------|
| 1. | REFORMA CRAS | R\$ 690.723,50 |
| 1.1. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | R\$ 68.325,12 |
| 1.2. | SERVIÇOS PRELIMINARES E COMPLEMENTARES | R\$ 40.335,87 |
| 1.3. | DEMOLIÇÕES E REMOÇÃO | R\$ 8.349,23 |
| 1.4. | REFORÇO DO MURO EXTERNO | R\$ 36.085,10 |
| 1.5. | PAREDES | R\$ 15.989,52 |
| 1.6. | PISOS | R\$ 286.702,50 |
| 1.7. | COBERTURA | R\$ 176.873,66 |
| 1.8. | GRADIS E PORTÕES | R\$ 13.151,60 |
| 1.9. | PINTURA | R\$ 43.956,23 |





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 11/21

O valor estimado para a contratação, com base nas referências citadas é de R\$ 690.723,50 (Seiscentos e noventa mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO PROJETO

A solução proposta consiste na execução de reforma e ampliação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Ibiporã, contemplando intervenções na cobertura, sistemas de drenagem pluvial, acessos externos, revestimentos internos e pintura geral da edificação, com o objetivo de melhorar as condições físicas, funcionais e de conservação do equipamento público.

A intervenção foi concebida considerando o ciclo de vida da edificação, buscando não apenas a correção das necessidades imediatas, mas também o aumento da durabilidade dos sistemas construtivos, a redução de custos de manutenção futura e a melhoria das condições de uso ao longo do tempo.

a) Cobertura e unificação das edificações

Será executada a ampliação da cobertura existente com a finalidade de promover a unificação física dos dois blocos que compõem o CRAS, permitindo circulação protegida entre os ambientes e maior integração funcional da unidade.

Está prevista também a substituição do telhado existente, em razão do seu estado de conservação e da necessidade de padronização do conjunto, adotando-se solução que proporcione melhor estanqueidade, desempenho e vida útil. O sistema será complementado com a instalação de novas calhas e condutores pluviais, devidamente dimensionados para a área ampliada, garantindo o adequado escoamento das águas de chuva e contribuindo para a preservação da edificação.

b) Qualificação do acesso externo

A solução contempla a execução de nova entrada com pavimentação em paver, visando melhorar as condições de acesso ao equipamento público. O material foi escolhido por apresentar boa resistência ao tráfego de pedestres, facilidade de manutenção, possibilidade de substituições pontuais e contribuição para a drenagem superficial da área.

c) Adequação dos ambientes internos





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 12/21

Nos ambientes internos, será realizada a substituição do piso existente por revestimento em granito, material que oferece elevada durabilidade, resistência ao desgaste e facilidade de limpeza, características compatíveis com o uso contínuo do CRAS. A intervenção busca reduzir custos de manutenção ao longo do tempo e melhorar as condições de salubridade e conservação dos espaços.

d) Pintura e conservação predial

Será executada pintura geral interna e externa da edificação, com a finalidade de recompor a proteção das superfícies, melhorar o aspecto visual do prédio e contribuir para a conservação do patrimônio público. A medida também visa proporcionar ambiente mais adequado e acolhedor para usuários e servidores.

e) Sustentabilidade, operação e manutenção

A solução adotada prioriza técnicas e materiais de fácil manutenção e maior vida útil, contribuindo para a sustentabilidade da edificação ao longo do tempo. Durante a execução da obra, deverão ser observadas as normas ambientais aplicáveis, especialmente quanto à correta destinação dos resíduos da construção civil.

Após a conclusão dos serviços, a edificação passará a demandar apenas manutenções preventivas rotineiras, com expectativa de redução de intervenções corretivas decorrentes das patologias atualmente existentes.

Dessa forma, a solução proposta para a reforma e ampliação do CRAS de Ibiporã considera todo o ciclo de vida do empreendimento, desde a execução das melhorias até a fase de operação e manutenção, assegurando maior durabilidade da edificação, melhor funcionalidade dos espaços e qualificação do atendimento prestado à população.

10. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Demonstra-se que a presente contratação está incluída no Plano de Contratações Anual, conforme exigem o art. 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o art. 35, inciso II, do Decreto Estadual nº 1.525/2022. Essa previsão assegura o alinhamento do objeto com o planejamento estratégico da Administração, promovendo maior eficiência e controle das contratações públicas.

Nos termos do art. 12, inciso VII e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e observância do Plano de Contratações Anual (PCA) pelas entidades públicas, justifica-se que a presente contratação será inserida no rol de contratações





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 13/21

futuras do Município de Ibiporã, constando como demanda prevista e compatível com o planejamento institucional.

Em 15/01/2025, foi publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) o “Plano Anual de Contratações de Ibiporã”, observando o art. 12 da NLLC3 e Decreto Municipal nº 06/2023.

Embora se trate de um objeto específico — um projeto singular voltado à implantação de equipamento científico, educacional, cultural e turístico de caráter inovador, o Município realiza contratações de natureza semelhante, relacionadas a obras e serviços de engenharia para infraestrutura urbana, o que reforça sua previsibilidade e aderência ao planejamento de médio e longo prazo da administração.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do inciso III do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, art. 7º, inciso II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, e inciso III do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, os requisitos da presente contratação foram definidos com base no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento.

A reforma e ampliação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Ibiporã a contratação tem por finalidade a execução de obra de engenharia destinada à melhoria das condições físicas e funcionais da unidade, contemplando a ampliação da cobertura para unificação das edificações, substituição do telhado, implantação de calhas e condutores, execução de nova entrada em paver, substituição de pisos internos e pintura geral da edificação.

A solução adotada mostra-se tecnicamente viável, atende ao interesse público e está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e adequada conservação do patrimônio público.

A solução adotada é tecnicamente viável, atende ao interesse público e está alinhada com os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e valorização do espaço urbano.

11.1. Requisitos Técnicos da Contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

Execução de obras e serviços de engenharia com base em projetos técnicos fornecidos pelo Município, incluindo plantas, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e ART's emitidas.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 14/21

Cumprimento das normas da ABNT, legislação ambiental, de segurança do trabalho e acessibilidade.

11.1.1. Sustentabilidade na Contratação

Considerando os princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como a necessidade de reduzir os impactos ambientais decorrentes da execução da obra, a presente contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, sempre que tecnicamente e economicamente viáveis. Dentre esses critérios, destacam-se: a utilização de materiais com menor impacto ambiental (como madeira certificada e insumos reciclados ou recicláveis), a previsão de sistemas de gestão e destinação adequada de resíduos da construção civil, o uso racional da água e da energia durante a execução da obra, e a adoção de soluções que promovam a acessibilidade e a mobilidade sustentável. Tais medidas visam garantir o uso eficiente de recursos naturais, a mitigação de impactos negativos ao meio ambiente e a conformidade com as diretrizes de responsabilidade socioambiental exigidas nas contratações públicas.

11.2. Exigências Mínimas da Contratada

A futura contratada deverá:

- ✓ Comprovar capacidade técnica por meio de atestados únicos de obras de porte similar, não sendo aceitos somatórios de atestados, em razão da complexidade técnica, integração multidisciplinar, especialização construtiva, além de alta precisão construtiva.
- ✓ Apresentar registro regular no CREA ou CAU, e ART ou RRT do responsável técnico;
- ✓ Manter condições de habilitação e qualificação durante toda a execução contratual;
- ✓ Cumprir integralmente os projetos, cronogramas e especificações técnicas constantes do edital e seus anexos;
- ✓ Atender a normas de segurança, sinalização, limpeza e organização do canteiro de obras;
- ✓ Apresentar cronograma físico-financeiro;
- ✓ Entregar a obra conforme o escopo definido, assumindo todos os riscos e despesas da execução.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 15/21

11.3. Regime de Execução e Critérios da Licitação

A contratação será realizada na modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento do tipo Menor Preço Global.

O julgamento será feito por lote único, dada a unicidade do objeto e a necessidade de execução integrada.

O regime de execução será empreita por preço global, com base nas tabelas referenciais da Caixa Econômica Federal (SINAPI - padrão Caixa) e pesquisa de mercado, adotada como padrão pela Administração Municipal.

Os pagamentos serão efetuados com base nos serviços efetivamente executados, conforme medição e validação técnica.

11.4. Tratamento Diferenciado – ME/EPP (LC 123/2006)

Será observado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 14.133/2021, sempre que viável e vantajoso para a Administração. No entanto, dada a especificidade do objeto e a baixa oferta de fornecedores enquadrados como ME/EPP na região, poderá ser adotado o afastamento justificado, nos termos legais, para garantir a economicidade, integralidade do objeto e viabilidade da execução.

12. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento dos serviços permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução por parte deste, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido, gerenciamento otimizado. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas do mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Sendo assim, e pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.





13. RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução da reforma e ampliação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Ibiporã tem como objetivo principal melhorar as condições físicas, funcionais e operacionais da unidade, garantindo maior eficiência no atendimento à população usuária da Assistência social

a) Resultados Funcionais e Operacionais

Integração física dos dois blocos existentes por meio da ampliação da cobertura, proporcionando circulação protegida entre os ambientes;

Melhoria das condições de uso dos espaços internos, com substituição de revestimentos desgastados;

Adequação do sistema de escoamento de águas pluviais, reduzindo riscos de infiltrações e patologias construtivas;

Qualificação do acesso principal ao equipamento, com melhoria das condições de circulação de pedestres;

Aumento da vida útil dos elementos construtivos da edificação.

b) Resultados para o Atendimento à População

Oferta de ambiente mais adequado, seguro e acolhedor para os usuários do CRAS;

Melhoria das condições de trabalho das equipes técnicas e administrativas;

Maior conforto térmico e proteção contra intempéries durante a circulação entre os ambientes;

Fortalecimento da estrutura física de apoio às ações da política municipal de assistência social.

c) Resultados Econômicos e de Gestão

Redução de custos com manutenções corretivas recorrentes;

Maior previsibilidade de despesas de conservação predial;

Preservação do patrimônio público municipal;

Melhoria da eficiência do gasto público com intervenções mais duráveis.

d) Resultados Urbanísticos e Institucionais





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 17/21

Valorização do equipamento público municipal;

Melhoria do aspecto visual e das condições de conservação do prédio;

Adequação da unidade às demandas atuais do serviço socioassistencial;

Reforço do compromisso da Administração Municipal com a qualidade dos serviços prestados à população.

Síntese

Com a execução da reforma e ampliação, espera-se que o CRAS de Ibiporã passe a oferecer melhores condições de funcionamento, maior durabilidade de sua estrutura física e ambiente mais adequado ao atendimento da comunidade, garantindo ganhos operacionais, econômicos e sociais compatíveis com o interesse público.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE AO CONTRATO

Nos termos do inciso X do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 7º, inciso XI da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes da celebração do contrato, com o objetivo de assegurar a regularidade, a economicidade e a eficiência na execução contratual:

a) Planejamento e Licenciamento

Validação do Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Solicitar e acompanhar todos os processos de licenciamento ambiental e urbanístico necessários, incluindo supressão vegetal, aprovação de projetos e estudos ambientais complementares;

Garantir que os projetos arquitetônicos e complementares estejam compatíveis com o Plano Diretor Municipal, legislação vigente e normas técnicas aplicáveis (Termo de Aprovação de Projeto);

Emissão e registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), quando aplicável;

Emissão de parecer jurídico circunstanciado sobre a legalidade do processo;

Elaboração do edital de licitação, em conformidade com a legislação vigente;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 18/21

Observância dos prazos legais previstos para as etapas do processo licitatório.

b) Preparação para Contratação

Elaborar e disponibilizar todos os documentos necessários para a licitação, incluindo:

Termo de Referência/Projeto Básico;

Planilhas orçamentárias detalhadas, com valores unitários e totais, quantitativos e descrição completa dos serviços;

Memoriais técnicos;

Mecanismos de Fiscalização;

Garantir a alocação de recursos orçamentários suficientes para execução da obra, respeitando as etapas do cronograma físico-financeiro;

Designação formal dos fiscais e gestores do contrato, com capacitação prévia, se necessário, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

Essas providências visam garantir a legalidade e a eficácia do processo contratual, além de prevenir riscos e assegurar a adequada fiscalização da execução dos serviços.

c) Gestão da Obra

Designar equipe técnica responsável pela fiscalização, acompanhamento de cronogramas, controle de qualidade e segurança do trabalho;

Monitorar o cumprimento das normas legais, ambientais, de acessibilidade, prevenção de incêndio e sustentabilidade durante a execução da obra;

Assegurar a integração entre a equipe de fiscalização e os fornecedores de equipamentos

d) Comunicação e Transparência

Garantir a divulgação das etapas do projeto à sociedade, promovendo transparência;

Manter registros detalhados de todos os atos administrativos, medições, relatórios técnicos e financeiros.

Tramitado e Assinado Eletronicamente com base no Decreto Municipal nº 403/2021.
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://ibipora.eloweb.net/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 49ea62d2-b5d3-4f22-ae55-a263ae7a3428 - Página 19/22





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 19/21

Esta etapa consiste no lançamento de todos os relatórios pertinentes no Portal da Transparência do Site do Município de Ibiporã e comunicação ao SIM - Sistema de Informação Municipal - Portal TCE-PR.

e) Operação e Manutenção Pós-Obra

Após a conclusão da reforma e ampliação do CRAS de Ibiporã, a Administração deverá adotar rotinas de operação e manutenção preventiva da edificação, visando preservar a durabilidade dos serviços executados e o adequado funcionamento da unidade.

Deverão ser realizadas inspeções periódicas da cobertura, calhas e condutores pluviais, bem como procedimentos regulares de limpeza e conservação dos pisos em granito e das superfícies pintadas. Recomenda-se ainda o registro das manutenções realizadas e a orientação dos usuários e servidores quanto ao uso adequado dos espaços

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Inciso XI do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º, inciso VIII da IN SEGES/ME nº 40/2020)

Informa-se que, até o presente momento, não há contratações em andamento que sejam correlatas ou interdependentes a esta demanda, que possam influenciar no seu planejamento, execução ou resultado.

Ainda que o Município possua histórico de contratações similares e preveja obras semelhantes em seu planejamento estratégico, esta contratação possui objeto específico, autônomo e devidamente delimitado, não estando vinculada tecnicamente a outras contratações em curso ou programadas.

16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

(Inciso XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

Em conformidade com a legislação vigente, especialmente o art. 45 da Lei nº 14.133/2021, as obras e serviços de engenharia a serem contratados deverão observar integralmente as normas ambientais aplicáveis, com especial atenção para:

Tramitado e Assinado Eletronicamente com base no Decreto Municipal nº 403/2021.
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://ibipora.eloweb.net/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 49ea62d2-b5d3-4f22-ae55-a263ae7a3428 - Página 20/22





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 20/21

- 16.1. A disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- 16.2. A adoção de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- 16.3. O atendimento à avaliação de impacto de vizinhança, quando exigida;
- 16.4. A proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive quanto a impactos diretos ou indiretos da contratação;
- 16.5. O uso de insumos ambientalmente sustentáveis, sempre que disponíveis;
- 16.6. A remoção e destinação final apropriada dos resíduos gerados;
- 16.7. A observância das normas e certificações técnicas como INMETRO, ABNT, CONAMA, IAT, entre outras.

A empresa contratada será responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e normativas de proteção ambiental, cabendo ao Município, por meio das secretarias competentes, especialmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, exigindo o cumprimento rigoroso da legislação vigente.

Além disso, o Município compromete-se a observar os critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas, promovendo a economicidade aliada à responsabilidade socioambiental, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO

(Inciso XIII do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

Após análise técnica de viabilidade e considerando o conteúdo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela adequação e necessidade da contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução da Reforma e Ampliação do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), com área total de 368,93 m² de construção, localizada na Rua João Barreto, nº 105 – Jd Perola – Ibiporã/PR.

As experiências anteriores da Administração Municipal com contratações de serviços de natureza semelhante, bem como o acompanhamento técnico realizado pelo corpo técnico de engenheiros, reforçam a viabilidade da contratação, que atenderá aos requisitos técnicos exigidos,





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

Estado do Paraná

Página n.º 21/21

aos prazos legais e, sobretudo, ao interesse público, proporcionando qualidade de vida à população local.

A contratação é considerada tecnicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária, estando plenamente alinhada com os objetivos institucionais e com o planejamento estratégico da Administração.

Por fim, certifica-se que a Secretaria Municipal de Planejamento, por meio do Setor de Engenharia, é responsável pela elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, que fundamenta a futura contratação.

Júlio Cesar Dutra
Secretário de Planejamento

Angelo Zamariam
Diretor de Planejamento

Ibiporã, 06 de maio de 2026.

Tramitado e Assinado Eletronicamente com base no Decreto Municipal nº 403/2021.
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://ibipora.eloweb.net/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 49ea62d2-b5d3-4f22-ae55-a263ae7a3428 - Página 22/22

